



A Evolução dos Balanços Socioambientais Publicados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina entre 2013 e 2018

Gabriela Antes Seemann USJ gabriela.seemann@aluno.usj.edu.br

Ednaldo de Souza Vilela USJ ednaldovilela@gmail.com

RESUMO

O Balanço Socioambiental é uma ferramenta composta por indicadores financeiros, econômicos e sociais, sendo que a sua divulgação demonstra a transparência da empresa junto a sociedade. Este estudo tem como objetivo analisar as evidenciações realizadas nos Balanços Socioambientais publicados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina CRC/SC, que são elaborados em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 09 e NBC T 15, entre os períodos de 2013 a 2018. Utilizou-se uma metodologia quanto aos objetivos descritiva, quanto a abordagem do problema trata-se de qualitativa e no que se refere aos procedimentos técnicos documental e bibliográfica. No final, verificou-se que não houve alteração na estrutura do Balanço Socioambiental. Analisando todos os indicadores, conclui-se que o CRC/SC tem investido em várias áreas, a fim de atender os contadores do Estado, tornando evidente o crescimento da profissão contábil. Através dos dados obtidos, observou-se que o CRC/SC apresenta as informações de acordo com a norma e de forma clara A diminuição dos valores aplicados em alguns indicadores, demonstra o esforço do CRC/SC em buscar constantemente uma maior eficiência na prestação dos serviços.

Palavra-chave: Responsabilidade Social, Balanço Socioambiental, Gestão, DVA, CRC.

Linha Temática: Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade







































1 INTRODUÇÃO

A importância dada à Responsabilidade Socioambiental ganha cada vez mais destaque em âmbito nacional. A preocupação em realizar ações que visam preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida, é uma realidade presente nas grandes corporações. Acredita-se que na atualidade o balanço socioambiental é um reflexo da completa incorporação da empresa, com a responsabilidade social demonstrando o esforço de toda uma equipe que, com profissionalismo e competência, desenvolvem programas identificados com a responsabilidade social, fiscal e profissional.

Para Kroetz (2000), o Balanço Socioambiental é uma ferramenta que tem a capacidade de explicar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e o meio ambiente, nele a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependente e comunidade, as atividades que buscam melhorar a qualidade de vida de todos. O Balanço Socioambiental deve ser visto como instrumento de gestão, para construir relações de qualidade com os públicos que são importantes para o sucesso da empresa.

A finalidade do Balanço Socioambiental é passar transparência e visibilidade às informações que interessam aos acionistas, investidores, empregados, consumidores e comunidade, e é uma forma de liberar as ações empresariais em prol dos funcionários e meio ambientes.

De acordo com Kroetz (2000 p. 68):

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade e ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos outros internos, servindo como instrumento de controle, e auxílio para a tomada de decisões e na adoção estratégicas.

A prática da ética e responsabilidade, deixa em evidência que a empresa não está apenas visando o lucro, mas também estão atentos ao meio ambiente e sociedade. Visto que, o Balanco Socioambiental, além de ser uma ferramenta para melhoria da imagem organizacional, é também um instrumento de transparência para todos que tenham interesse em saber como essa organização contribui com o meio em que está inserida e que se preocupam com o meio ambiente.

A elaboração do Balanço Socioambiental é vantajosa para qualquer organização, esta prática representa uma vantagem competitiva para a empresa, instiga a simpatia de seus funcionários e comunidade, além de ser utilizada com *marketing*, ela é utilizada também como instrumento de gestão para tomada de decisão. Passa a preocupação da organização com a comunidade em que está inserida, estimula a participação dos colaboradores nas ações que a organização pratica e encintava os fornecedores a ter responsabilidade social também.

Uma empresa passa a ser considerada, se adotar uma estratégia transparente e honesta com todos aqueles que possuem um relacionamento com a mesma, sendo um colaborador, um cliente ou fornecedor, o relacionamento deve ser o mesmo.





































Quando a empresa age de forma consciente e transparente, o funcionário percebe a melhora de sua valorização, ativando sua autoestima e melhorando seu desempenho profissional. Através do Balanço Socioambiental, as empresas apresentam os projetos, benefícios e ações sociais direcionadas aos colaboradores, usuários, fornecedores, parceiros e à sociedade. Permite avaliar a preocupação das organizações com as pessoas e a vida no planeta.

> O Balanço Social é um demonstrativo elaborado por algumas empresas e publicado anualmente, contendo informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e sua forma de interação com a comunidade e meio ambiente. Esse demonstrativo é importante, pois o investidor tende a direcionar seus recursos em empresas preocupadas com a ética e a transparência, partindo do pressuposto de que os riscos são menores. (MARTINS et al., 2002, p. 45).

Diante do exposto, a problemática desta pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais foram as evoluções dos indicadores socioambientais apresentados nos Balanços Socioambientais publicados pelo CRC/SC entre os períodos de 2013 a 2018?

Para responder ao questionamento, este trabalho apresenta como objetivo geral analisar a evolução dos indicadores socioambientais apresentados nos Balanços Socioambientais do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, elaborados em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 09 e NBC T 15, especificamente entre os períodos de 2013 a 2018, no intuito de interpretar as variações ocorridas no decorrer dos anos estudados.

Com intuito de alcançar as respostas desejadas, os objetivos específicos deste artigo são a caracterização do Balanco Socioambiental do CRC/SC, conhecer os indicadores socioambientais apresentados nestes Demonstrativos e suas variações, realizar uma análise horizontal dos mesmos e apresentar a interpretação desta análise.

O tema pesquisado é de suma importância para a organização, atualmente as grandes empresas não podem se omitir à responsabilidade social. O Balanço Socioambiental é um instrumento que ganha força a cada ano. Adotando a Responsabilidade Social e a prática da elaboração do Balanço Socioambiental, a empresa estreita a relação com a sociedade e seus funcionários, o relacionamento empregado e empregador se fortalece, gera confiança. A Responsabilidade Social evidencia o sucesso financeiro da empresa, agrega valor ao nome da organização e atrai investidores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

O CRC-SC foi criado em 1946, por determinação do Conselho Federal de Contabilidade, através de uma reunião realizada em 08 de dezembro em Florianópolis daquele ano, entre as duas Associações de Profissionais da Contabilidade existentes na época, em que foram eleitos nove conselheiros, dando início à história do CRC-SC.

Criado e regido pelo Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, com alterações introduzidas pela lei nº 11.160/2005 e lei nº 12.249/2010, é uma Autarquia Federal de Regime



































Especial, dotado de personalidade jurídica de direito público, composto por 21 (vinte e um) Conselheiros Efetivos e igual número de Suplentes, podendo ser alterado de acordo com o número de profissionais inscritos na base territorial do Estado de Santa Catarina, observada a proporção de 2/3 (dois terços) de Contadores e 1/3 (um terço) de Técnicos em Contabilidade, eleitos na forma da legislação vigente, e tem, como finalidades, nos termos da legislação em vigor, fiscalizar o exercício da profissão contábil, o registro cadastral, bem como promover a educação profissional continuada.

Em 2010 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.249 /2010, que institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil, no qual o Conselho Federal de Contabilidade possui a incumbência de elaboração e aplicação em todo território nacional.

Em 2018, o CFC redefiniu a Identidade Organizacional do Sistema CFC/CRCs, composta pela Missão, Visão e Valores; bem como reavaliou e atualizou os Objetivos Estratégicos que guiarão o Sistema nos próximos dez anos (2018/2027). O foco do trabalho se deu na transparência das informações contábeis, na ética, no combate à corrupção e nas parcerias institucionais que reflitam a importância da Contabilidade para o crescimento e desenvolvimento social do País.

O CRC-SC (2018) tem como Missão, inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação de serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público. No que diz respeito à Visão, o Sistema CFC/CRCs quer ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público. Já os Valores, por sua vez, têm as seguintes premissas: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social é um tema que vem se tornando nas organizações, pois aumenta o sucesso financeiro e demonstra a preocupação da empresa com o bem-estar, as organizações estão, cada vez mais, tomando consciência a respeito deste assunto. É uma nova realidade que faz com que as empresas invistam mais em outros atributos significativos, além do preço e da qualidade de seus produtos. A Responsabilidade Social engloba toda a sociedade, qualquer atitude da empresa que melhora a qualidade da sociedade, é considerada uma ação de responsabilidade social.

Tinoco (2008, p. 115) afirma:

[...] responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (stakeholders): empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidade.

A Responsabilidade uni as ações da empresa com a necessidades da sociedade, garantindo a satisfação e o bem-estar, de seus clientes e comunidades, assim como aumenta o lucro e agregar valor na imagem que a empresa passa.





































Ashley (2002, p. 6), define que:

Responsabilidade Social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

No Brasil, a preocupação com a Responsabilidade Social vem sendo discutida a partir da década de 60. Segundo Almeida (1999) a responsabilidade é o comprometimento dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida de seus colaboradores e da sociedade.

2.3 BALANÇO SOCIOAMBIENTAL

O Balanço Socioambiental é um instrumento de gestão estratégica, utilizado pelas organizações para obter credibilidade junto ao público externo e criar vantagens competitivas, esse instrumento apresenta todas as ações socioeconômicas elaboradas pela empresa durante um determinado período.

A finalidade do Balanço Socioambiental é passar transparência das informações, que influenciam a comunidade, colaboradores, investidores e consumidores, não apenas para seus acionistas, é uma forma de passar conhecimento de suas ações para a comunidade.

> "(...) o Balanço Social é um instrumento de apoio à gestão, pelo qual se mostra a face interna e externa da organização, o que permite sua avaliação, sua análise e os ajustamentos necessários." (KROETZ, 2000, p. 61).

Zarpelon (2006) diz que o Balanço Socioambiental evidencia que a organização não busca exclusivamente o lucro, mas também retribui ao meio ambiente os recursos que pertencem a todos, com responsabilidade e através de ações.

A divulgação do Balanço Socioambiental, ainda não se tornou obrigatório no Brasil, portanto, não é passível de fiscalização, porém a empresa tem o compromisso de disponibilizar as informações corretas para a comunidade, com a participação de vários profissionais na sua elaboração, quanto mais pessoas participarem, mais perto da realidade ele fica.

CARNEIRO (1994) afirma que o Balanço Socioambiental permite verificar a situação da empresa no campo social, registra as ações e avalia o resultado ocorrido entre a empresa e a sociedade.

De acordo com Kroetz (2000, p. 79), o balanço socioambiental tem como objetivos:

- a) Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) Abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;





































- d) Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) Formar um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- h) Medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/goodwill, na imagem do negócio;
- i) Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- j) Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- k) Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- 1) Clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

GONÇALVES (1980) recomenda que as empresas não publiquem o primeiro Balanço Socioambiental, que o façam com a participação do pessoal, mais deixem claro que este será apenas um instrumento interno.

Desta forma o papel do Balanço Socioambiental é tornar pública a responsabilidade social da empresa e criar um vínculo com a comunidade e meio ambiente, é importante que o mesmo seja objetivo, facilitando o entendimento para seus usuários. Assim, alguns autores definem o Balanço Socioambiental:

Tinoco, (2001, p. 14) define que:

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

Iudícibus e Marion (2001, p. 25), como:

O relatório que contêm dados, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

O Balanço Socioambiental deve atender todos os grupos que interagem com a empresa, aos administradores oferece informações estratégicas importantes para a tomada de decisão, para os consumidores oferece uma ideia do perfil dos administradores e a preocupação





































da empresa com a qualidade de seus produtos e aos fornecedores transmite a forma que a empresa enfrenta suas responsabilidades com relação à natureza. Os modelos de Balanço Socioambiental mais utilizados no Brasil são: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e o Instituto Ethos. Fica a critério da empresa escolher o modelo que mais se enquadra com seu perfil, algumas preferem utilizar um modelo próprio, definido dentro de suas prioridades, outras fazem um cruzamento com alguns tipos de modelos em busca de melhor qualidade.

- 1. Modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) desenvolveu um modelo simples, que oriente as empresas na elaboração do balanço socioambiental e é, entre os apresentados, o mais utilizado pelas empresas, justamente pela simplicidade. O IBASE oferece três modelos de Balanço Socioambiental: Para micro e pequenas empresas, para cooperativas e para instituições de ensino, fundações e organizações sociais. O relatório proposto pelo IBASE é objetivo e organizado, apresenta todos os dados necessários, facilitando a consulta e a visualização.
- 2. Modelo do Instituto Ethos O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social realizou uma adaptação no modelo do IBASE e sugere um detalhamento através de planilhas. Oferece indicadores que permitem a gestão das práticas de responsabilidade social oferecidas pela empresa.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A finalidade da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é evidenciar a riqueza que foi gerada pela companhia em um período e a forma como ela foi distribuída. Elaborada principalmente através das informações disponíveis na demonstração de resultados do exercício (DRE) da empresa, podendo ser apresentada de forma comparativa, por ser uma análise temporal.

Marion (1999, p. 59), afirma que:

A DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, de que forma esta riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e o quanto ficou retido na empresa.

A estrutura da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é dividida em duas partes, sendo a primeira, demonstrando como a empresa agregou valor através da sua atividade econômica; e a segunda, apresenta a forma como foi distribuída essa riqueza entre os principais agentes econômicos relacionados.

Os conceitos relacionados a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em sua primeira parte da demonstração, consiste de: Receitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor Adicionado Bruto, Depreciação; Valor Adicionado Líquido; Receitas Financeiras; Resultado da Equivalência Patrimonial; Resultado Não-Operacional; Valor Adicionado. E a segunda parte





































consiste das distribuições no CRC/SC, essa parte consiste de: Recursos Humanos; Impostos, taxas, contribuições e encargos sociais; Subvenções a terceiros e as delegacias.

A Norma Brasileira de Contabilidade -NBC T15 – Informação de Natureza Social e Ambiental, foi aprovada pela Resolução nº 1.003/04 em 19 de agosto de 2004 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), definindo os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, objetivando a prestação de contas à sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos, demonstrando o grau de responsabilidade social da entidade.

As informações contidas na NBC T15, são de responsabilidade do contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, devem ser indicadas as informações que extraídas de fontes não contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizado para garantir a integridade da informação, devendo ser objeto de revisão por auditor independente.

Posteriormente, a Resolução CFC nº 1.138/08 de 21 de Novembro de 2008 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade-NBC TG 09 estabelecendo critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), representada no Balanço Socioambiental, devendo proporcionar informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas, com seus dados obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho enquadra-se quanto aos objetivos como descritiva, uma vez que descreve as características dos modelos de Balanço Socioambiental analisados. "Nesse tipo de pesquisa, não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir frequência com que o fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos". (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 106).

A pesquisa é classificada como bibliográfica e documental. Conforme Vergara (2005, p.48), a pesquisa bibliográfica "é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas..." (VERGARA, 2005, p. 48).

Boccato (2006, p. 266), afirma ainda que:

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação

Também se considera esta pesquisa documental pois basear-se nas informações fornecidas pelos CRCs/CFC através dos balanços socioambientais e que, por definição, é o tipo de pesquisa que faz uso de materiais "que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa" (BEUREN, 2006, p. 89).



































O estudo de caso foi realizado no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, a partir da análise de seus Balanços Socioambientais, nos anos de 2013 a 2018, coletados através do site eletrônico da empresa.

O estudo realizou uma pesquisa qualitativa, em relação à análise e explicações das informações encontradas nos Balanços Sociais da empresa. Segundo Gomes (2006, p. 18), o estudo de caso compreende em uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com objetivos de dispor uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo.

Com objetivo de analisar e comparar as evidenciações da demonstração socioambiental divulgadas pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina nos anos de 2013 a 2018, utilizou-se a metodologia qualitativa, onde pode-se trabalhar com uma liberdade maior com os dados e a interpretação do autor.

Utiliza-se uma abordagem qualitativa, desejando alcançar o entendimento sobre a importância da elaboração e publicação do Balanço Socioambiental nas empresas, pois para Vergara (2000), a análise qualitativa fornece a possibilidade de os dados serem apresentados de forma estruturada, e posteriormente analisados.

Oliveira (2007, p. 37), conceitua pesquisa qualitativa "como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação".

A coleta de dados se deu através dos balanços socioambientais disponíveis no site eletrônico do CRC/SC nos anos de 2013 a 2018.

Para a realização da análise dos indicadores socioambientais foram utilizados os indicadores da base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais e indicadores do corpo funcional contidos nos balanços socioambientais disponíveis no site eletrônico do CRC/SC nos anos de 2013 a 2018. Em seguida, realizar-se-á uma análise utilizando-se das técnicas de análise horizontal.

Segundo Marques, Carneiro Júnior e Kühl (2008, p. 27)

a análise horizontal consiste em comparar a evolução de contas ou grupos de elementos ao longo de determinado tempo e pressupõe uma série histórica de dados que se inicia com um índice-base, de modo a servir de referência, e, a análise vertical tem por objetivo, estabelecer um item como base e a partir daí verificar quanto cada um dos demais itens representa em relação àquele escolhido como base.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Partindo das informações coletadas nos Balanços Sociais publicados pelo CRC/SC no período de 2013 a 2018, foram apresentados gráficos da evolução dos principais indicadores, ao longo do tempo, possibilitando maior entendimento e compreensão.

Para a análise dos indicadores foi utilizada a técnica de análise horizontal. A análise horizontal consiste em uma comparação de cada conta ou grupo da demonstração financeira em dado período, com o valor da mesma conta em uma determinada data anterior, tida como base





































(ASSAF NETO, 2000, p. 292). Possibilitando a comparação entre valores de uma mesma conta ou grupo, em diferentes exercícios sociais, avaliando o aumento ou diminuição dos valores que expressam os elementos do balanço.

Portanto, nesse tópico, será analisado as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 e a Resolução CFC nº 1.138/08, com informações extraídas do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, da Demonstração das Variações Patrimoniais e do Plano de Trabalho do CRC/SC, entre os períodos de 2013 a 2018.

No Gráfico 1 abaixo, demonstra-se a distribuição do valor adicionado no decorrer dos anos analisados, e, pode-se observar que a distribuição segue uma linha constante, sem muitas alterações de percentuais nas distribuições. Os registros de Déficit e Superávit dos Exercícios são devido aos ajustes nas provisões de perda de créditos de curto e longo prazo, cota-parte, riscos trabalhistas e cíveis e a depreciação dos bens patrimoniais, conforme os dados coletados nas DVAs do CRC/SC no período analisado.



Gráfico 1 - Distribuição Do Valor Adicionado

Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)

4.1 INDICADORES DO RESULTADO OPERACIONAL E SOCIAL

Nesse tópico foram analisados os resultados operacionais e sociais do CRC/SC entre os anos estudados, e, os indicadores do Resultado Operacional e Social demonstram a alocação dos recursos recebidos, viabilizando as atividades operacionais do CRC/SC e promovendo a excelência na qualidade dos serviços públicos prestados à classe contábil e à sociedade.

No gráfico 2, é apresentado a evolução da Receita Operacional Líquida, composta pela alienação de bens e imobilizados, retirada da demonstração do resultado do exercício, que demonstra o resultado patrimonial do período, ou seja, o valor obtido pela diferença entre as variações aumentativas e diminutivas registradas pelo regime de competência. Salientando que





































o CRC/SC não tem finalidade de lucro, portanto o resultado do exercício apresentará um superávit, quando positivo, ou déficit, quando negativo.



Gráfico 2 - Indicadores do Resultado Operacional e Social entre 2013 e 2018.

Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)

Observou-se através dos dados coletados, que a receita líquida segue uma linha constante no decorrer dos períodos analisados, com pequenas variações, com exceção do crescimento de 2014 para 2015 de aproximadamente 110%.

O superávit obtido no exercício de 2015 resultou da reavaliação patrimonial dos bens e imóveis do CRC/SC realizada em 2015, principalmente quanto aos bens imóveis que apresentaram resultados positivos relevantes em sua reavaliação, em 2016 volta a apresentar uma queda de aproximadamente 43%.

Analisando a evolução do Superávit/Déficit do Exercício, apresentado no gráfico 2, observa-se uma variação relevante de 2016 para 2017, resultando em um superávit de R\$ 839 mil em 2017, representando um aumento de 96,28% em comparação ao exercício de 2016, decorrente de uma diminuição no valor das receitas financeiras devido à queda no IPCA, índice que é utilizado para o reconhecimento de encargos financeiros sobre os créditos de curto e longo prazo, o que resultou numa Receita Líquida inferior ao exercício de 2016.

No exercício de 2018 também se percebe uma variação, de aproximadamente -300% comparado ao ano anterior, resultando em um déficit de R\$ 1,8 milhões registrado em 2018, que ocorreu devido ao aumento das provisões para contingências trabalhistas e a baixa de créditos de anuidades e multas eleitorais anteriores a 2011.

Também pode ser visualizado de forma mais clara no gráfico 3 abaixo, elaborado em formato de colunas, a evolução do Patrimônio entre 2013 e 2018, com foco no aumento de 2014 para 2015, sendo que, nos demais anos, manteve-se quase uma constante.







































Gráfico 3 - Evolução do Patrimônio Social entre 2013 e 2018 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 35.000.000 30.000.000 25.000.000 20.000.000 15.000.000 10.000.000 5.000.000 2013 2014 2018

Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)

4.2 INDICADORES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os indicadores das atividades operacionais são analisados através das informações sobre registro e fiscalização, educação continuada, participação em eventos e apoio às delegacias. Consolidado em todo território de Santa Catarina, o CRC/SC dispõe de diversas unidades físicas comprometidas em orientar, registrar, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação continuada. No gráfico 4, podemos observar a evolução desses incentivos.



Gráfico 4 - Indicadores das Atividades Operacionais entre 2013 e 2018

Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)



































Analisando os dados, nota-se uma diminuição continua nos valores aplicados no Apoio à Fiscalização Profissional, ficando mais evidente no ano de 2015, com uma redução de -30,58%, comparado ao ano anterior, essa diminuição se deu, devido à implantação do processo de fiscalização eletrônica, ocorrida no ano de exercício, que proporcionou ao CRC/SC maior eficiência no ato de fiscalizar, obtendo também economia de recursos.

Tal diminuição pode ser mais bem visualizada no gráfico 5, onde percebe-se também uma diminuição nesse incentivo no ano de 2017, onde os valores aplicados na atividade de fiscalização profissional apresentaram uma diminuição de aproximadamente 27% em comparação ao ano de 2017, como consequência da redução de viagens, para fiscalização que vem ocorrendo a cada ano, devido à implantação de fiscalização eletrônica a partir de 2015.



Gráfico 5 - Apoio à Fiscalização Preventiva do Exercicio Profissional

Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)

A educação continuada é premissa de um profissional atualizado e competente, ao longo dos anos o CRC/SC vem realizando investimentos crescente nesse incentivo, com o objetivo de elevar o nível de qualificação dos profissionais atuantes na área contábil, oferecendo cursos e promovendo eventos de capacitação, esses investimentos são percebidos no gráfico 6, mais relevantes nos anos de 2015 e 2017.

No ano de 2015, ocorreu um aumento de aproximadamente 40% nesse incentivo, uma parcela significativa para tal aumento, deve-se à realização da XXIX Convenção de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (Contesc), que ocorre a cada dois anos. Tal evento ocorreu também em 2017, sinalizado no gráfico com um aumento de 47,41%.





































Educação Continuada Educação Continuada 749.573 678.288 633.788 508.488 487.334 358.909 23.11% 39.18% 25 03% 47 41% -52,12% 2013 2014 2016 2017 2018

Gráfico 6 - Evolução do Incentivo Educação Continuada

Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)

Porém no ano de 2018, verificou-se uma queda nesse mesmo incentivo, com uma diminuição nos valores aplicados de aproximadamente 52%. Dois fatores influenciam o resultado, um dos motivos se deve ao fato de que no ano de 2018 não houve a realização da Convenção de Contabilidade, que ocorreu no ano anterior, outro motivo foi que em 2018 o CRC/SC passou a priorizar a transmissão de cursos e eventos por plataformas digitais com menores custos e maior alcance dos profissionais de contabilidade. Outro ponto de destaque no gráfico 4, é a diminuição nos valores investidos no incentivo a Representação em Eventos, que de 2013 para 2018 teve uma queda total de aproximadamente -78%, conforme é demonstrado



Fonte: CRC/SC (2013 a 2018)

Gráfico 7 - Evolução do Incentivo Representação em Eventos

no gráfico 7.



































Os valores aplicados em representação em eventos, apresentam uma diminuição mais relevante a partir do ano de 2016, devido a alteração na classificação de despesas no Exercício, algumas despesas que anteriormente eram alocadas como despesas de representação em eventos, passaram a ser classificadas como despesas para participação de eventos com a finalidade de aperfeiçoamento profissional, dessa forma, passaram a compor o saldo incentivos a reuniões regimentais de representação e atualização funcional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do Balanço Socioambiental é comprovar a participação e preocupação da empresa com o meio ambiente em que está inserida, a empresa que defende a responsabilidade ambiental como gestão melhora seu relacionamento com a sociedade e agrega um diferencial no mercado competitivo, conquistando fidelidade de seus usuários internos e externos.

As empresas estão buscando cada vez mais essa transparência com a comunidade, a sociedade não está mais tolerando atividades prejudiciais ao meio ambiente e a exploração. Portanto o Balanço Socioambiental pode ser considerado uma ferramenta de gestão fundamental para o sucesso empresarial, gerando maior conhecimento e afinidade entre a empresa e a sociedade. A exigência da sociedade, faz com que as empresas passem a divulgar suas ações e não se preocupem apenas com o lucro, e sim com a imagem que irão passar.

Este estudo teve como objetivo geral analisar a evolução dos indicadores socioambientais apresentados nos Balanços Socioambientais do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, entre os anos de 2013 a 2018, e, percebe-se, que ao longo dos anos o CRC/SC tem publicado o Balanço de forma clara, visto que, sua estrutura não sofreu alterações no decorrer dos anos, portanto, através dos dados estatísticos e análises elaboradas, comprovou-se o crescimento econômico do CRC/SC. No Brasil, o CRC/SC, foi um dos primeiros órgãos contábeis a divulgar seu Balanço Socioambiental, tornando-se inspiração para outras organizações. Analisando todos os indicadores, conclui-se que o CRC/SC tem investido em várias áreas, a fim de atender os contadores do Estado, tornando evidente o crescimento da profissão contábil.

Através dos dados obtidos, observou-se que o CRC/SC apresenta as informações de acordo com a norma e de forma clara. Não houve alteração na estrutura do Balanço Socioambiental. A diminuição dos valores aplicados em alguns indicadores, demonstra o esforço do CRC/SC em buscar constantemente uma maior eficiência na prestação dos serviços.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patricia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.





































ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômicofinanceiro. São Paulo: Atlas, 2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos acadêmicos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CARNEIRO, Guido Antônio da Silva. Balanço Social: Histórico, Evolução e Análise de Algumas Experiências Selecionadas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

CRCR-SC – Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina Disponível em: http://www.crcsc.org.br. Acesso em: 10 out 2020.

CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Balanço Social 2013. Florianópolis: CRCSC, 2014.

CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Balanço Social 2014. Florianópolis: CRCSC, 2015.

CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Balanço Social 2015. Florianópolis: CRCSC, 2016.

CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Balanço Social 2016. Florianópolis: CRCSC, 2017.

CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Balanço Social 2017. Florianópolis: CRCSC, 2018.

CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Balanço Social 2018. Florianópolis: CRCSC, 2019.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FERNANDO ALMEIDA, citado por MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César.

Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor.

Oualititymark: Rio de Janeiro, 1999, p. 88.

GOMES, J. S. Método de estudo de caso aplicado à gestão de negócios. São Paulo: Atlas, 2006.

GONCALVES, Ernesto Lima. Balanco social da empresa na América Latina. São Paulo: Pioneira, 1980.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômicas. Disponível em:

http://www.ibase.br>. Acesso em: 12 out 2020.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em:

http://www.ethos.org.br. Acesso em: 12 out 2020

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. Dicionário de termos de contabilidade. São Paulo: Atlas, 2001.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.







































KÜHL, Carlos Alberto. **Análise financeira das empresas:** da abordagem financeira convencional às medidas de criação de valor: um guia prático para analistas de crédito e investimento. Rio de Janeiro: Maria Algusta Delgado, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. Demonstrações Financeiras/Contábeis: Propostas para alteração da lei das Sociedade por ações. Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis. v.4, n.1, 1999. Rio de Janeiro: UERJ, FAF, 1999.

MARQUES, J. A. V. C. **Análise Financeira das Empresas** – liquidez, retorno e criação de valor. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CARNEIRO JÚNIOR, João Bosco Arbués; MARTINS, Caroline Mirã Fontes *et al.* Origem e Evolução do Balanço Social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 105-116, abr. 2002.

OLIVEIRA, Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo. Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social:** NBR 16.001/SA 8.000: implantação e prática. Rio de Janeiro: Qualymark, 2006.































